Guaiúba

HUMANIZAR, DESENVOLVER E PROSPERAR.

DECLARAÇÃO

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.709/18 dispôs sobre o tratamento de dados

pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou

privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre

desenvolvimento da personalidade da pessoa natural;

CONSIDERANDO que os arts. 23 e 24 da referida legislação estabelece que para haver o

tratamento de dados pelo poder público é necessário que exista uma finalidade específica. Assim como

uma empresa privada, o órgão público também deverá indicar e nomear um encarregado (DPO) para

que este seja responsável pelo tratamento de dados pessoais;

CONSIDERANDO que ainda precisam ser criadas e normatizadas as estruturas internas

para cumprimento da Lei Geral de Proteção dos Dados (LGPD);

RESOLVE:

Declaramos, para todos os efeitos legais, que a PROCURADORIA GERAL DO

MUNICÍPIO DE GUAIÚBA-CE está realizando e finalizando os estudos técnicos necessários para a

edição de instrumentos normativos a fim de regulamentar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD),

tendo juntamente com a CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE GUAIÚBA-CE,

participado de capacitação no último mês de abril de 2025 junto a Escola de Gestão Pública do Estado

do Ceará.

Guaiúba-CE, 28 de maio de 2025.

BERGSON DE SOUZA BONFIM

Procurador Geral do Município de Guaiúba-CE